



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

### **PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ**

Trata-se de processo administrativo, no qual se objetiva a realização de licitação, na modalidade pregão eletrônico, no valor anual estimado de **R\$ 4.200.013,67 (quatro milhões, duzentos mil e treze reais e sessenta e sete centavos)**, para fins de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atender às demandas de transporte aéreo de magistrados, servidores e demais pessoas autorizadas no regular cumprimento da missão institucional desta Corte Estadual.

A minuta do estudo técnico preliminar consta do documento n.º 1663376.

A autorização para continuidade do processo licitatório consta do documento n.º 1664669.

O Mapa de Preços de valor estimado em **R\$ 4.200.013,67 (quatro milhões, duzentos mil e treze reais e sessenta e sete centavos)** consta do documento n.º 1730096.

Nota de Dotação 2024ND0003196-FUNJEAM (id 1711530).

A minuta do termo de referência consta do documento n.º 1730039.

Mapa de Gerenciamento de Riscos (id 1730072).

A COLIC encaminhou este processo administrativo para análise e parecer desta Assessoria, conforme documento n.º 1754266.

É o relatório.

#### **1) Da prévia análise técnico-jurídica:**

Quando a administração tem a pretensão de realizar licitação, contrato, acordo, convênio ou ajustes, o respectivo órgão técnico-jurídico deverá apresentar manifestação prévia, por força do art. 53, parágrafo único, da Lei 14.133/21. Veja:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.”

No mesmo sentido são as normas constantes do art. 20, caput, e art. 32 da Resolução do TJAM n.º 64/2023. Veja:

“**Art. 32.** Após a elaboração da minuta de edital e anexos, os autos seguirão para a Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência para realização do controle prévio de legalidade da contratação nos termos deste artigo e do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo único.** Ao final da fase preparatória, todos os processos de contratação, inclusive aqueles que não seja necessária a elaboração de minuta de edital e contrato, serão submetidos à análise jurídica pela Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência.”

No caso em análise, o processo administrativo fora encaminhado a esta Assessoria para os fins das normas em comento.

Logo, passa-se à análise técnico-jurídica.

#### **2) Da modalidade da licitação:**

No caso de aquisição de bens ou serviços de natureza comum, mostra-se possível a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, na forma do art. 6º, inciso XLI da Lei 14.133/21. Veja:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;”

No mesmo sentido é o art. 1º do Decreto n.º 10.024/2019. Veja:

“Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.”

Como se sabe, bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/21 e do art. 3º, II, do Decreto n.º 10.024/2019. Veja:

“XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”

No mesmo sentido é o art. 3º, II, do Decreto n.º 10.024/2019. Veja:

“Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;”

No caso em análise, a pretendida aquisição se refere a bens de natureza comum, que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

Logo, mostra-se cabível a licitação na modalidade pregão eletrônico.

### **3) Do critério de julgamento:**

No caso de licitação na modalidade pregão, há a possibilidade de se adotar o menor preço, sendo objeto de disputa a **MENOR TAXA DE TRANSAÇÃO**, por força do art. 33, I, da Lei 14.133/21. Veja:

“Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;”

No caso em análise, a minuta do edital estabeleceu o menor preço, sendo objeto de disputa a **MENOR TAXA DE TRANSAÇÃO**, como critério de julgamento;

Logo, neste aspecto, referida minuta atende aos requisitos legais.

### **4) Da dotação orçamentária:**

No caso em análise, verifica-se que se indicou expressamente a disponibilidade orçamentária para a contratação do objeto deste processo administrativo, sem comprometimento da saúde financeiro-orçamentária deste Tribunal de Justiça.

Valor estimado anual no patamar de **R\$ 4.200.013,67 (quatro milhões, duzentos mil e treze reais e sessenta e sete centavos)** conforme Mapa de Preços n.º 1730096.

Nota de Dotação 2024ND0003196-FUNJEAM (id 1711530).

Desta forma, restou caracterizado o crédito pelo qual ocorrerá a despesa pública objeto deste processo (art. 92, VIII, da Lei 14.133/21).

### **5) Da minuta do edital:**

principais:

A minuta do edital de licitação objeto deste processo administrativo apresenta as seguintes características

A cláusula primeira traz o objeto do pregão;

A cláusula segunda dispõe acerca da dotação orçamentária;

A cláusula terceira dispõe sobre as comunicações;

A cláusula quarta dispõe sobre os pedidos de esclarecimentos e impugnação;

A cláusula quinta prevê as normas sobre credenciamento e condições de participação;

A cláusula sexta prevê as normas sobre a vistoria técnica;

A cláusula sétima dispõe acerca do envio da proposta eletrônica de preços e documentos de habilitação;

A cláusula oitava trata das declarações;

A cláusula nona trata do preenchimento da proposta;

A cláusula décima trata das amostras, dos folders, catálogos, prospectos ou manuais;

A cláusula décima primeira prevê as normas acerca da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação

de lances;

A cláusula décima segunda trata dos benefícios às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas;

A cláusula décima terceira trata da fase de julgamento;

A cláusula décima quarta trata da negociação;

A cláusula décima quinta trata da fase de habilitação;

A cláusula décima sexta trata do recurso;

A cláusula décima sétima trata da adjudicação e homologação;

A cláusula décima oitava trata do contrato e da garantia contratual;

A cláusula décima nona trata do procedimento para o registro de preços, que não é aplicável ao caso em tela;

A cláusula vigésima prevê as normas a respeito da nota de empenho;

A cláusula vigésima primeira prevê as normas a respeito do prazo e das condições do fornecimento;

A cláusula vigésima segunda dispõe acerca das obrigações da contratante e da contratada;

A cláusula vigésima terceira trata das obrigações sociais, comerciais e fiscais;

A cláusula vigésima quarta dispõe acerca do pagamento;

A cláusula vigésima quinta prevê as normas a respeito da rescisão do contrato;

A cláusula vigésima sexta trata da inexecução do contrato;

A cláusula vigésima sétima trata das infrações administrativas e sanções;

A cláusula vigésima oitava traz as disposições finais;

A cláusula vigésima nona dispõe acerca dos anexos;

A cláusula trigésima trata acerca do foro competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do edital e do

contrato.

Da análise da comentada minuta de edital, verifica-se que está em consonância com as normas sobre licitações e contratos, sobretudo aquelas constantes da Lei 14.133/21 (Lei Geral de Licitações e Contratos).

#### **6) Da minuta do contrato:**

A minuta do contrato consta do documento n.º 1730628 .

Da análise da referida minuta de contrato, verifica-se que atende às normas gerais sobre licitações e contratos, sobretudo aquelas constantes dos arts. 89 e seguintes da Lei 14.133/21.

#### **7) Da conclusão:**

Pelo exposto, **esta Assessoria Administrativa opina pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos**, consoante art. 37, caput, da Constituição, art. 6º, incisos XLI e XLV da Lei 14.133/21, art. 35, §1º, 36, §1º, 41, §1º da Resolução do TJAM n.º 64/2023, para que seja realizada a licitação na modalidade “pregão eletrônico” (art. 6º, XLI da Lei 14.133/21 e art. 1º, caput, do Decreto n.º 10.024/2019) e do tipo “menor preço”, sendo objeto de disputa a **MENOR TAXA DE TRANSAÇÃO**, (art. 33, I, da Lei 14.133/21 e art. 7º, caput, do Decreto n.º 10.024/2019), no valor estimado de **R\$ 4.200.013,67 (quatro milhões, duzentos mil e treze reais e sessenta e sete centavos)**, para fins de contratação de empresa especializada na

prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atender às demandas de transporte aéreo de magistrados, servidores e demais pessoas autorizadas no regular cumprimento da missão institucional desta Corte Estadual.

Ressalte-se que, no momento da celebração do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Por fim, não se pode perder de vista a necessidade obrigatória de se dar ampla publicidade a todas as compras feitas pela Administração, por força do art. 37, caput, da Constituição.

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente feito à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus, data registrada no sistema.

*(assinado digitalmente)*

Adriana Souza Carpinteiro Péres  
Diretora da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA SOUZA CARPINTEIRO PERES, Diretor(a)**, em 23/08/2024, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1754604** e o código CRC **00895E44**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

## DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo, no qual se objetiva a realização de licitação, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço, sendo objeto de disputa a menor taxa de transação, no valor anual estimado de **R\$ 4.200.013,67 (quatro milhões, duzentos mil e treze reais e sessenta e sete centavos)**, para fins de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atender às demandas de transporte aéreo de magistrados, servidores e demais pessoas autorizadas no regular cumprimento da missão institucional desta Corte Estadual.

Constam dos autos Estudo Técnico Preliminar SECOP/DVCOP (SEI nº 1663376), Termo de Referência SECOP/SEAC (SEI nº 1730039) e Mapa de Preços SECOP/DVCOP (SEI nº 1730096).

ND - Nota de Dotação 2024ND0003196 (SEI nº 1711530).

Parecer AJAP/TJ (SEI nº 1754604) na forma do art. 53, parágrafo único, da Lei 14.133/21, pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos.

Da análise dos autos, verifica-se que a minuta de edital está em consonância com os requisitos danos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, do Decreto Estadual n.º 47.133/2023, do Decreto Federal n.º 3.555/2000, da Resolução n.º 64/2023 TJAM.

Ante o exposto, acolho o retromencionado parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, pelo que os adoto como minhas próprias razões de decidir, para **autorizar a realização de certame na modalidade** “pregão eletrônico” (art. 6º, XLI da Lei 14.133/21 e art. 1º, caput, do Decreto n.º 10.024/2019) e do tipo “menor preço”, sendo objeto de disputa a **MENOR TAXA DE TRANSAÇÃO**, (art. 33, I, da Lei 14.133/21 e art. 7º, caput, do Decreto n.º 10.024/2019), no valor estimado de **R\$ 4.200.013,67 (quatro milhões, duzentos mil e treze reais e sessenta e sete centavos)**, para fins de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atender às demandas de transporte aéreo de magistrados, servidores e demais pessoas autorizadas no regular cumprimento da missão institucional desta Corte Estadual, com fundamento no disposto no inc. XLI do art. 6º, inc. I do art. 28 e art. 29 da Lei n.º 14.133/2021.

Outrossim, torna-se indispensável que, no momento da celebração do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Imprescindível, também, a necessidade de se dar ampla publicidade aos negócios jurídicos celebrados com a Administração Pública, por força do art. 37, caput, da Constituição e do art. 13 da Lei nº 14.133/21.

À COLIC para providências cabíveis.

Cumpra-se com as cautelas de praxe.

Manaus, data registrada no sistema.

*(assinado digitalmente)*

**Desembargadora Nélia Caminha Jorge**

Presidente do TJ/AM



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge, Desembargadora de Justiça**, em 26/08/2024, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1756239** e o código CRC **E0FDBB90**.